

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

## REQUERIMENTO N° , DE 2003.

( Do Senhor João Caldas )

Requer sejam convocados a Exma. Sra. Ministra de Minas e Energia e o Exmo Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e convidados representantes da indústria automobilística brasileira, e dos produtores do setor sucroalcooleiro das regiões NORTE / NORDESTE e SUL / SUDESTE / CENTRO-OESTE do país, para debater em Audiência Pública, questões sobre a situação atual do Programa Nacional do Álcool e a posição do Governo sobre a política adequada para o setor.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.50, §2º, da Constituição Federal, e com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convocados a Exma. Sra. Dilma Rousseff – MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, e, o Exmo. Sr. Roberto Rodrigues – MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, bem como, sejam convidados representantes da indústria automobilística brasileira, e dos produtores do setor sucroalcooleiro das regiões NORTE / NORDESTE e SUL / SUDESTE / CENTRO-OESTE do país, para comparecer perante esta Comissão de Minas e Energia, em REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, afim de prestar informações, esclarecimentos e debater questões sobre a situação atual do Programa Nacional do Álcool e a posição do Governo sobre a política adequada para o setor.

## JUSTIFICATIVA

Ao eclodirem as primeiras grandes crises mundiais do setor de petróleo, o Brasil respondeu rapidamente marcando sua presença de maneira extremamente inteligente e oportunista, ao conceber e implementar uma solução alternativa aos derivados do petróleo, fundamentado no aproveitamento de fontes de energia renováveis, ambientalmente limpo, grande gerador de empregos, e apresentando ainda inúmeras outras vantagens em relação aos combustíveis de origem fóssil.

Assim nasceu o PRÓ-ALCOOL, um programa genuinamente brasileiro, que é reconhecido e elogiado internacionalmente, e, atualmente vem sendo copiado para ser adotado por vários países.

Entretanto, com o passar dos anos, esse valoroso programa brasileiro vem sendo tratado de modo desmerecido, tanto pelos vários governantes que se sucederam à frente dos destinos de nossa nação, quanto pelos próprios produtores que sempre buscaram priorizar a busca de vantagens para seus interesses econômicos e individuais.

Um dos muitos exemplos que temos vivenciado nesse setor, ocorreu muito recentemente, quando o Governo alterou o percentual obrigatório da mistura de álcool anidro na gasolina automotiva em duas oportunidades.

Quais foram os verdadeiros interesses que tiveram que ser atendidos ?

O interesse maior da sociedade brasileira parece ter sido deixado de lado, a ponto de o consumidor se sentir constantemente enganado e lesado, o que vem proporcionando o total descrédito dos brasileiros em relação a tão importante programa.

A Câmara dos Deputados não pode ficar alheia a esses fatos, e, esta Comissão de Minas e Energia precisa estar permanentemente atenta e receber todos os esclarecimentos que a mantenham adequadamente informada, para poder colaborar com a sociedade, acompanhando o Poder Executivo, e, discutindo e votando matérias que venham a se transformar nos instrumentos legais necessários ao correto equacionamento que permita a superação desses problemas.

Sala das Comissões, em de JUNHO de 2003.

Deputado **JOÃO CALDAS**  
( PL/AL )